

## **A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1921-1923) E A REFORMA DE 1920: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SÃO PAULO**

Leila Maria Inoue (Programa de Pós-Graduação em Educação-UNESP/Marília)

Eixo 4: História da formação e organização da categoria docente

Agência de Fomento: FAPESP

Este texto apresenta os resultados de minha pesquisa de Mestrado em Educação (2008-2010), cujo objetivo foi estudar, compreender e analisar como os ideais da Reforma da Instrução Pública de 1920 emergiram na *Revista de Educação* (1921-1923) que foi, intencionalmente, criada para apoiar o reformador Antonio de Sampaio Doria (Diretor Geral da Instrução Pública Paulista). A finalidade deste estudo é compreender e analisar como da Reforma de 1920 se materializaram na *Revista de Educação*.

O desenvolvimento desta pesquisa foi realizado sob as perspectivas da História Cultural, com base nas premissas de Roger Chartier e Marta Carvalho. Neste referencial, o impresso é tido em sua materialidade de objeto cultural, se preocupando com as práticas que o produziram e os usos que são feitos deles. Assim, será realizado o estudo da materialidade do conjunto em que os textos se inserem e do conteúdo destes impressos. A análise da materialidade é necessária, pois, segundo Chartier (1990, p. 127) “não existe texto fora do suporte que o dá a ler e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor”.

De acordo com Carvalho (1998), o referencial proposto por Chartier pretende empreender a “arqueologia dos objetos em sua materialidade”. Este procedimento pretende discernir, na materialidade dos impressos analisados as marcas de sua produção, circulação e usos, por isso, os impressos de destinação pedagógica, devem ser analisados do ponto de vistas de sua produção, circulação e distribuição, como estratégias editoriais que pretendem impor um modelo cultural, e também, analisá-los como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares.

Carvalho (1998) considera importante o uso dos impressos como fonte de estudos em educação considerando que a investigação dos impressos de destinação pedagógica e seus usos escolares dão suporte para a história

cultural dos saberes pedagógicos, interessada na materialidade dos processos de difusão e imposição de saberes e na materialidade das práticas que deles se apropriam. Assim, a ênfase da nova historiografia na materialidade das práticas, dos objetos e de seus usos produz um novo modo de olhar e interrogar as fontes históricas.

No caso dos impressos de destinação escolar, trata-se, em primeiro lugar, de analisá-los da perspectiva de sua produção e distribuição como produtos de estratégias editoriais em estrita correspondência com os usos que modelarmente lhe são prescritos. De uma perspectiva complementar, mas distinta, trata-se de analisá-los como suportes materiais de práticas pedagógicas na sala de aula; trata-se, portanto, nesse segundo caso, de pensar os usos escolares do impresso. (CARVALHO, 1998, p. 35).

A partir da História Cultural, os livros, as revistas, os guias curriculares, os programas, os regulamentos, etc, não são apenas fontes de informação historiográfica, mas passam a interessar como objeto, “no duplo sentido de objeto de investigação e de objeto material, cujos usos, em situações específicas, se quer determinar” (CARVALHO, 1998, p. 34). A materialidade desses objetos passa a ser o suporte do questionário que orienta o investigador no estudo das práticas que se formalizam nos usos escolares. Assim, se configura o campo de uma história cultural dos saberes pedagógicos, interessada na materialidade dos processos de produção, circulação, imposição e apropriação dos saberes. Nessa perspectiva, o impresso é tomado como objeto de investigação, em duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares (CARVALHO, 1998, p. 34-35).

Em casos específicos, como o de reformas educacionais, os impressos podem ser analisados como estratégias editoriais, pois os discursos normativos contribuem para implantar e justificar as medidas do reformador e, além disso, trazem as regras de usos dos impressos pelos destinatários. Assim, é importante contextualizar a análise dos usos dos impressos em situações determinadas, lembrando novamente que, segundo Chartier (1990 p.16-17) “a história cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

[...] análise de situações específicas, como por exemplo, as delimitadas por iniciativas circunscritas de reforma escolar pode pôr em evidência a complexidade das relações entre as concepções pedagógicas e estratégias editoriais. Na situação de uma reforma educacional, a relação entre pedagogia como discurso normativo e usos do impresso é explicada pelas inúmeras justificativas que o reformador apresenta de suas iniciativas. (CARVALHO, 1998, p. 37).

Assim, a análise dos impressos de destinação pedagógica contribui para o resgate de elementos da História da Educação Brasileira, até então ignorados, pois revelam as transformações políticas e culturais emergentes em determinados momentos e locais e as tendências pedagógicas que formavam os professores.

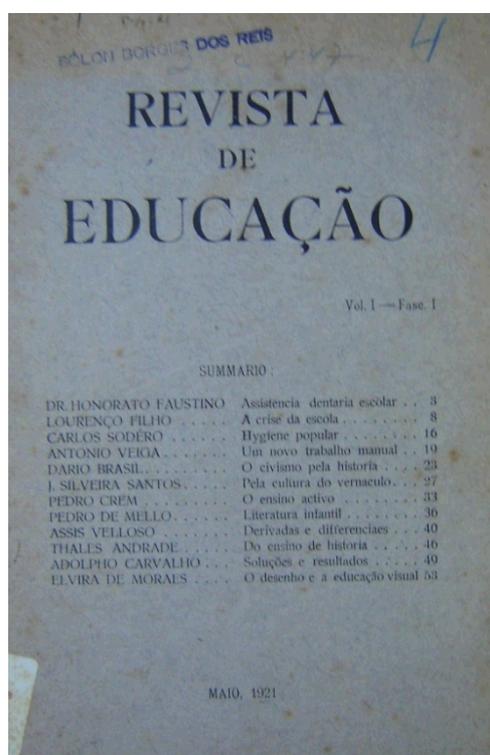
Neste estudo, foi utilizada a seguinte metodologia: busca e mapeamento dos impressos; digitalização; organização do material; leitura; seleção e análise do conteúdo; análise da materialidade (tamanho, editora(s), material utilizado, tiragem, etc), do ciclo de vida, da organização, da divulgação e distribuição dos impressos.

A *Revista de Educação* foi publicada pela *Escola Normal de Piracicaba*, em Piracicaba, estado de São Paulo. Ela teve apenas 6 números publicados entre 1921 e 1923 que compreendem 3 volumes. O professor Lourenço Filho foi um dos principais criadores e editores do periódico que publicou os primeiros resultados das pesquisas sobre a questão da maturidade escolar que resultou no livro *Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*, publicado em 1934. Na contra capa do volume v. I, nº 2, publicado em setembro de 1922, a *Revista de Educação* aponta a finalidade com que veio a lume.

A *Revista de Educação*, órgão da Escola Normal de Piracicaba e escolas anexas, conforme a sua própria denominação indica, é uma publicação periódica que tem por fim estudar, discutir e divulgar as mais salientes questões que, directa ou indirectamente, se prendem á educação em geral. O objectivo immediato é o de contribuir de uma maneira pratica e tão efficaz quanto possível, para o progresso scientifico do ensino primário e secundário; e, como, nesse ensino o mal mais geral e nefasto é o verbalismo estéril, o aprendizado só de palavras, o cultivo desintelligente e brutal da memória, a “Revista” inscreve como primeiro artigo de seu programma o combate systematico a esse desvio de instrucção, que tanto mal causa á formação do espírito da creança, e do adolescente. Por isso mesmo, toda collaboraçã, ao mesmo tempo que orientada nesse sentido, deve ser vasada nos moldes da concisão, da clareza e da precisão da linguagem, fazendo questão das ideas e não só das palavras.

Dará preferência aos trabalhos do corpo docente da Escola Normal e anexas e destes sempre, aos que visarem o aperfeiçoamento da maneira de ensinar as disciplinas do curso primário, complementar e normal. Mas, poderá publicar contribuições de outros professores estranhos, quando realmente valiosas. Poderá, também, mas só excepcionalmente, publicar pequenas traduções, que venham facilitar o estudo dos normalistas. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, v. 1, nº 2, 1921).

A Revista toda foi impressa na *Tipografia do Jornal de Piracicaba* - diário que ainda é publicado na cidade - e segue a mesma organização em todos os números. As capas possuem diagramação simples e não tem desenhos. Abaixo a foto da Revista de Educação v. I, nº 1 publicada em maio de 1921.



A *Revista de Educação* tem o mesmo tamanho da *Revista da Escola Normal de São Carlos* e da *Revista de Ensino*, isso pode significar uma padronização dos dispositivos tipográficos da época. Tanto a *Revista de Educação* como a *Revista da Escola Normal de São Carlos* apresentam o sumário (ou índice) logo na capa. Outros periódicos educacionais produzidos na década de 1910, 1920 e 1930 também apresentam o sumário impresso na capa como o jornal *O Estímulo*, a *Revista Escolar*, revista *Escola Nova*, a revista *Educação*. Com isso, verifico que a impressão do sumário na capa era uma tendência na produção dos impressos paulistas nesse momento.

A *Revista de Educação* teve seu ciclo de vida relativamente curto, publicou apenas seis números. Penso que a ida de Lourenço Filho (maior idealizador da Revista) para reformar a Instrução Pública no Ceará pode ter contribuído para a extinção da *Revista de Educação*. De acordo com Hisldorf (1998), a Revista teve os seguintes redatores:

- Honorato Faustino - o diretor da *Escola Normal de Piracicaba* e anexas (único autor que publicou artigos em todos os números);
- Antônio Pinto de Almeida Ferraz e Lourenço Filho - professores da Escola Normal;
- Pedro Crem, Dário Brasil e Antônio dos Santos Veiga e Maria Graner – professores da Escola Modelo anexa à Escola Normal.

A *Revista de Educação* publicou artigos de professores e diretores, alunos (normalistas da Escola Normal de Piracicaba) e outros profissionais ligados à área de educação. De maneira geral, a Revista publicou sobre diversas temáticas identificadas como: alunos, professores, ensino, escola normal, reformas, administração do ensino, saberes e práticas. As temáticas presentes na *Revista* estão relacionadas ao contexto político, econômico, cultural, social e, principalmente educacional, vivido naquele momento no estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, no que se refere às tentativas de modernização do ensino e extinção do analfabetismo buscando formar uma sociedade nova. Alguns temas se referem às disciplinas da Escola Normal dirigidos especialmente para a formação dos normalistas como Prática Pedagógica, História, Ciências, Desenho, Trabalhos Manuais, Música, etc, e também, para auxiliar no trabalho dos professores que já atuavam na escola primária, com isso, os leitores da Revista eram normalistas, professores e demais profissionais ligados à educação. Os artigos de modo geral, contribuíam para a propagação dos ideais da Reforma de 1920, trazendo o nacionalismo como principal elemento formador.

Sampaio Doria, membro da Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) era um defensor do nacionalismo como meio de formar um novo cidadão para uma nova nação republicana, então, incorporou os ideais da Liga na *Reforma do Ensino de 1920* implantada por ele. Nesse momento, a educação era vista como

[...] fator de resolução de problemas sociais, e porque havia a necessidade objetiva de integrar e disciplinar sobretudo o imigrante para o trabalho na lavoura cafeeira, projetar e realizar a educação escolarizante torna-se a tarefa republicana pó

excelência , tanto na fase de propaganda quanto na fase de instituição do regime. (HILSDORF, 2003, p. 60-61).

Com isso, a escolarização passa a ser vista como o principal meio para a formação do cidadão republicano brasileiro e para fixar o imigrante estrangeiro ao país que os acolheu. Assim, a valorização dos elementos nacionais pela educação e pela escola se torna um ponto importante para a formação da nação, desse modo, Doria incorpora esses ideais na formulação da Reforma de 1920.

Segundo Hilsdorf (1998), uma das medidas implantadas com a Reforma foi a redistribuição dos professores pelas escolas do Estado. Tais professores seriam responsáveis pela propagação das medidas implantadas pela *Reforma de 1920*, garantindo sua efetivação.

Então, Lourenço Filho, foi enviado para a *Escola Normal de Piracicaba* por Doria, em 1921, para lecionar Psicologia e Pedagogia com o intuito de fazer a campanha em prol da Reforma. Ele foi um dos maiores idealizadores da *Revista de Educação* e após sua ida ao Ceará para reformar a instrução daquele estado a Revista mostrou sinais de decadência, isso é um indício que a criação e existência da Revista estava ligada à presença de Lourenço Filho na Escola. Hilsdorf (1998, p. 96-98), afirma que a vinda de Lourenço Filho

[...] para Piracicaba não foi um ato do tipo “remoção de cadeira”, tão comum na vida dos professores: ela está diretamente ligada à implantação da reforma do sistema público paulista empreendida por Antonio Sampaio Doria em fins de 1920 (decreto 1750, de 08/12/1920). (...)

Para dar conta desse radical programa, Sampaio Doria colocou em pontos chaves, administrativos e pedagógicos, da organização paulista de ensino, nomes do universo escolar compromissados com ele, quer do ponto de vista do partilhamento das idéias, quer do ponto de vista das relações pessoais, professores jovens, muitos deles ex-alunos, adeptos das novas teorias do ensino e simpatizantes ou membros, como ele, da Liga nacionalista – que objetivava a nacionalização do país e a desalfabetização.

A criação da *Revista de Educação* só foi possível com a nova formação do quadro de professores da *Escola Normal de Piracicaba*. Lourenço Filho, com o diretor Honorato Faustino, Thales Castanho Andrade, Fabiano Lozano, entre outros professores, possibilitaram a criação da *Revista de Educação* como veículo de divulgação da *Reforma de 1920*.

Com o estudo e análise da *Revista de Educação* destaquei que determinados saberes divulgaram e ressaltavam os elementos nacionalistas

como a história, a geografia, a língua, a higiene e eugenia, a moral e o civismo, canto de músicas nacionais, entre outros que podem ser relacionados com a Reforma.

Os artigos<sup>1</sup> abordavam sobre higiene, saúde e eugenia transmitiam saberes que deveriam ser ensinados pelo professor, aconselhando sobre os cuidados que deveriam ser tomados em relação aos alunos e à higiene, ventilação e iluminação do prédio escolar (ambiente escolar). Em ambientes como a escola onde havia aglomerações de pessoas, as doenças eram facilmente transmitidas ocasionando epidemias e outros problemas. Com isso, os artigos procuravam divulgar medidas e cuidados que ajudariam a evitar as epidemias e outros problemas nas escolas.

Segundo Rocha (2003), as transformações pelas quais passou à cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e início do século XX, decorrente do aumento da população devido à imigração, surgimento de cortiços, enchentes, acúmulo de lixo, epidemias, greves e rebeliões representavam problemas sociais que necessitavam de novas formas de intervenção. No conjunto de iniciativas voltadas para resolver esses problemas destaca-se a ação dos médicos-higienistas e sanitaristas que procuraram de várias maneiras intervir nos costumes da maioria da população. Dentre essas várias maneiras para organizar o modo de vida da população destaca-se as iniciativas educacionais como forma de “higienização dos costumes”, ou seja, difundir através da escola a educação sanitária como forma de mudar os maus costumes. Assim, foi criado o *Instituto de Higiene* em 1918, com o intuito de nortear as ações de saúde pública na cidade de São Paulo e em todo Estado.

Então a *Reforma de 1920*, no artigo 58 determinou que a inspeção médica deveria ser feita em todos os estabelecimentos de ensino públicos e particulares da Capital e do interior com o objetivo de verificar as condições de higiene dos estabelecimentos, vacinar e tratar doenças de professores, funcionários e de alunos pobres.

Relacionando os artigos da *Revista de Educação* com a Reforma, verifico que a saúde dos alunos e professores era uma preocupação da época. Diversas medidas foram tomadas para mudar os hábitos de higiene da população. O tema foi de tal relevância que a *Revista de Educação* publicou artigos sobre higiene em todos os números, orientando os professores e a população sobre transmissão de doenças, maus hábitos, entre outros. Para Gonçalves (1921, p. 145):

Applicada, a Hygiene significa o animo ao fraco, a esperança ao desalento, a vida ao moribundo, muitas vezes; faz-se pae dos orphons da sorte; seja no campo, seja na cidade, seja no individuo é sempre um bem e uma necessidade; é sempre um auxilio á conservação da vida plena, é sempre uma esperança de melhores dias. Ella se inclue, pois, forçosamente, no plano de educação; é mesmo, como temos visto nas aulas de Pedagogia, uma parte da educação physica.

A prática de exercícios físicos e do escotismo também foi ressaltada pela Reforma e pela *Revista de Educação*, pois, o novo homem brasileiro deveria ser disposto ao trabalho e a educação física contribuiria como forma de disciplinar os hábitos e regenerar a raça. O escotismo foi oficializado nas escolas públicas paulistas apenas com a *Reforma de 1920*. O artigo 252, do Decreto 3356, de 31 de maio de 1921, determinou que grupos de escotismo e linhas de tiro, para alunos maiores de 16 anos, fossem criados em todas as escolas normais.

A *Reforma de 1920* deu maior destaque às disciplinas de Música, Desenho e Trabalhos Manuais. Isso se refletiu na *Revista de Educação*, que publicou diversos artigos que eram peças de teatro infantil, letras de músicas e exemplos de trabalhos manuais que poderiam ser utilizadas pelos futuros professores ou pelos professores para formação dos alunos.

O homem de uma nação moderna deveria ter disposição para o trabalho e conhecer obras de arte de diversos artistas, mas principalmente os nacionais, valorizando a nacionalidade. No artigo *Um Novo Trabalho Manual*, o autor resalta que o trabalho manual é importante nas escolas primárias, pois além de cooperarem para o desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança, tem valor educativo e desperta a atenção em todos os seus graus e principalmente, “uma excellente disposição moral para o trabalho”. (VEIGA, 1921, p. 20)

Os artigos<sup>2</sup> que publicaram sobre esse assunto consideram a arte como elemento educador e com poder de socializar e transmitir valores e sentimentos. Com isso, as letras das músicas e as peças de teatro que foram publicadas na Revista buscavam ressaltar o país e suas grandezas como letra do *Hymno do Ypiranga*, composta por Pedro de Mello, publicada pela *Revista de Educação* ao fim do artigo *7 de Setembro* (volume II, número 2, 1922) em comemoração pelo centenário da independência do país.

A História, a Moral e o Civismo<sup>3</sup> também foram elementos importantes para enaltecer o nacionalismo. Ainda no artigo *7 de Setembro*, pode-se

perceber que a história é um saber que ressalta os valores morais e sentimentos patrióticos do país e por isso deveria ser propagada.

Sampaio Doria, com a *Reforma de 1920*, implantou medidas “nacionalizadoras”. Um dos pontos abordados foi o problema da nacionalização da educação, vista como um meio de fortalecer a nação brasileira e outro ponto que levantou muitas preocupações na época foi o problema dos imigrantes estrangeiros que se instalaram no Brasil, mas não se integraram ao povo e mantiveram seus costumes e língua de origem. Esse problema causou preocupações entre intelectuais e autoridades que temiam que o Brasil pudesse ser dominado pelos estrangeiros devido à superioridade intelectual dos imigrantes em relação ao povo brasileiro. Desse modo, o reformador procurou implantar medidas que integrassem o imigrante.

No artigo *O Ensino Particular e o Nacionalismo* (v. II, nº 2, 1922) que na verdade é um discurso de Sud Mennucci, as questões da língua e do imigrante estrangeiro estão presentes e o autor (p. 68) faz elogios a *Reforma do Ensino de 1920* e, dentre as medidas implantadas, ele cita as que se referem ao ensino particular, pois devido às correntes imigratórias que se encontram em nosso país, “o ensino particular é quase synonymo de ensino estrangeiros”.

O artigo intitulado *Discurso* (v. II, nº 3, 1922), de autoria de Joaquim da Silva, lente de psicologia da *Escola Normal de Pirassununga*, explora sobre a preocupação educacional com os imigrantes. Segundo o autor Joaquim da Silva (1922, p. 157).

Nosso paiz é uma terra de imigração. Ocioso seria demonstrar-vos que assimilar o imigrante é necessidade de vital importancia para a integridade da Patria.

Esta obra só a escola a pode realizar. As crianças, disse-o um educador americano, são a cadeia que ligará os homens entre si. Conquiste a criança uma vez sendo ella ganha para o paiz, a família terá mais fortes laços que a prendam á terra que será sua pátria de adopção.

E não só o filho do estrangeiro se orientará assim o ensino. A escola nacionalista affirmará sua constante preocupação de exaltar a nossa grandeza, as nossas possibilidades, o nosso valor. Aprendam também os nossos filhos mesmos a ter orgulho santo de brasileiro pela grandeza material de seu paiz, pela grandeza moral de seus antepassados, que levou o príncipe de nossos poetas a cantar: ‘Por ser de minha terra é que sou nobre, por se de minha gente é que sou rico’.

Assim, a instrução era “defendida como alicerce do regime democrático, avulta aos olhos dos políticos e intelectuais da época como baluarte da defesa nacional e da manutenção da unidade interna”. (TANURI, 1979, p. 57)

Outro elemento que buscava enaltecer o nacionalismo foi à língua. A língua própria, capaz de caracterizar um povo, exerce um papel estratégico na afirmação de uma nação. Os artigos<sup>4</sup> dessa temática tratam do ensino da língua nacional como elemento unificador de um povo e com isso, é preciso que a população tenha domínio do idioma.

O Lente Português Joaquim da Silveira Santos, da *Escola Normal de Piracicaba*, foi o autor que mais se destacou nessa temática publicando 3 artigos: *Pela Cultura do Vernáculo* (volume I número 1, 1921a); *Pela Cultura do Vernáculo* (volume I número 2, 1921b) e *O Dialeto Paulista* ( volume II número 2, 1922).

O autor aborda no artigo *Cultura do Vernáculo* (v. I, nº 1, 1921a) que, devido à ação das massas populares, nossa língua (organismo vivo) tem sido transformada. “A língua acompanha, naturalmente o progredir da sociedade e tão intimamente se acha a esta ligada, que em cada epocha ella é o expoente da civilização de um povo” (SANTOS, 1921a, p. 28-29). Desse modo:

[...] é dever para cada época de curar a pureza e polimento da linguagem tal como recebeu da geração anterior; e o meio mais efficiente é seguir os moldes adoptados pelos que, melhor conhecendo a índole e a genialidade do idioma, são no seu tempo o modelo de vernaculidade e correção. (SANTOS, 1921a, p. 29).

Com o idioma difundem-se valores, tradições e ideais nacionais que combateriam as escolas estrangeiras que se instalavam no Brasil com a chegada dos imigrantes. Para Santos (1921a, p. 29), é dever dos professores primários cultivar nas novas gerações o amor por tudo que constitui nosso patrimônio moral e intelectual como a língua.

Diante deste estudo, pode se afirmar que a educação seria a melhor forma de inculcar o sentimento nacionalista nas crianças em formação e nos professores das escolas primárias que também deveriam receber formação adequada para atingir esse fim. Sendo assim, considero as temáticas publicadas pela *Revista de Educação* fazem parte de um ideário político, educacional e pedagógico selecionado e publicado pelos professores das escolas normais, junto de uma linha editorial que selecionavam o que era importante para a formação dos professores e normalistas. A Revista foi construindo um discurso dos saberes tidos como necessários à formação

profissional, ou seja, construindo uma cultura pedagógica. Então, a criação da e a seleção e publicação dos artigos funcionavam como dispositivos de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares, pois, tinha como objetivo formar os professores sob a base ideológica da *Reforma de Ensino de 1920*.

## Referências

REVISTA DE EDUCAÇÃO. *Jornal de Piracicaba*: Piracicaba, v. I, II e III. 1921-1923.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos Saberes Pedagógicos. In: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Orgs.). *Práticas Educativas Culturas Escolares Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40.

CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

HILSDORF, Maria Lucia S. Lourenço Filho em Piracicaba. In: SOUZA, Cyntia Pereira de. *História da Educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 95-112.

\_\_\_\_\_. *História da Educação: leituras*. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 55-85.

ROCHA, Heloísa H. P. *A Higienização dos Costumes: educação escolar e a saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: FAPESP, 2003.

TANURI, L. M. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FEUSP, 1979.

---

<sup>1</sup> *Assistencia Dentaria Escolar* (v. I, nº 1, 1921); *Hygiene Popular* (v. I, nº 1, 1921); *Hygiene Popular* (v. I, nº 2, 1921); *Educação Phisica* (v. I, nº 2, 1921); *Em Torno da Hygiene Escolar* (v. I, nº 2, 1921); *Hygiene Popular* (v. II, nº 1, 1922); *A Ordem Material e a Ordem Moral* (v. II, nº 2, 1922); *Degradação da Prole* (v. II, nº 3, 1922); *O Fumo e seus efeitos* (v. II, nº 3, 1922) e *A Vida Rural e a Hygiene* (v. II, nº 3, 1922), *Degradação da Prole* (v. III, nº1, 1923), *Da Hygiene no Commercio dos Generos Alimenticios* (v. III, nº 1, 1923), *Prophylaxia das Moléstias Oculares na Escola* (v. III, nº 1, 1923) e *Educação Phisica* (v. III, nº 1, 1923).

<sup>2</sup> *Um Novo Trabalho Manual* (v. I, nº 1, 1921); *Literatura Infantil* (v. I, nº 1, 1921); *A Educação Visual e o Desenho* (v. I, nº 1, 1921); *O "Clube da Horta"* (v. I, nº 2, 1921); *A Musica nas Escolas* (v. I, nº 2, 1921); *O Trabalho Manual e o Ensino Intuitivo* (v. I, nº 2, 1921); *A Arte na Escola* (v. I, nº 2, 1921); *Brinquedo de Trigo* (v. I, nº 2, 1921); *Hymno da Colheita* (v. II, nº 1, 1922); *Literatura Infantil* (v. II, nº 2, 1922a); *Literatura Infantil* (v. II, nº 3, 1922b); *Formas de Governo* (v. II, nº 3, 1922); *Bemdigo a Escola* (v. II, nº 3, 1922); *Descobrimto do Brasil* (v. III, nº 1, 1923); *A Liberdade - para a comemoração do 13 de maio -* (v. III, nº 1, 1923) e *A Carta Anonyma* (v. III, nº 1, 1923).

<sup>3</sup> *O Civismo pelo Ensino de História* (v. I, nº 1, 1921); *Do Ensino de História* (v. I, nº 1, 1921); *7 de Setembro de 1922* (v. II, nº 2, 1922); *Um Jubileu* (v. II, nº 1, 1922 - Discurso pronunciado a 21 de abril, na sessão comemorativa do 25º aniversario da Escola Normal de Piracicaba e *Discurso* (v. II, nº 3, 1922).

<sup>4</sup> *Pela Cultura do Vernáculo* (v. I, nº 1, 1921a); *Pela Cultura do Vernáculo* (v. I, nº 2, 1921b); *A Nossa Prosódia* (v. I, nº, 1921); *O Dialeto Paulista* (v. II, nº 2, 1922); *O Ensino Particular e o Nacionalismo* (v. II, nº 2, 1922 - Conferência pronunciada numa das sessões do Conselho de Educação, que se realizou em julho de 1921, na Capital); *A Utilidade da Carta* (v. II, nº 3, 1922); *Dias do Livro e da Carta* (v. II, nº 3, 1922); *O Ensino de Calligrafia* (v. III, nº 1, 1923) e *Analfabetos* (v. III, nº 1, 1923)